

ASSOCIATIVISMO: ABORDAGEM TEÓRICA E SEUS PRINCÍPIOS

Isa Cristina Pereira Alves¹, Simone Matos dos Santos Teixeira², Fransérgio Bucar Afonso Pereira³

¹Acadêmica em Bacharelado em Administração – IFTO: Campus Paraíso do Tocantins . e-mail: cristinaisa21@gmail.com

²Professora do curso de Bacharelado em Administração – IFTO: Campus Paraíso do Tocantins. email: simonematos@ifto.edu.br

³Professor do curso de Bacharelado em Administração – IFTO: Campus Paraíso do Tocantins. email: fransergio@ifto.edu.br

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso que descreve os principais aspectos do associativismo. O associativismo consiste no modo de organização que propõe a reunião de pessoas através de associações com as mesmas metas e trabalham com o objetivo de somarem esforços e promoverem melhorias coletivas, buscando assim melhorar a qualidade de vida dos associados. Funciona como uma forma de expressar os interesses de uma comunidade, fortalecendo e auxiliando os associados a terem maior expressão social, buscando condições de vida mais satisfatórias através da cooperação. O associativismo possui princípios, e são esses princípios associativistas que orientam os associados com o propósito de levarem seus valores à prática. A disseminação acerca do tema proporciona maior conhecimento e fortalecimento das associações existentes, bem como a criação de novas associações.

Palavras-chave: associativismo, comunidade, princípios

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, as pessoas se reúnem com o objetivo de cooperarem entre si para satisfazerem as necessidades individuais e comuns de seu grupo. Com o passar do tempo surgiram inúmeras formas de associação e entre estas formas, está o associativismo, que surgiu com o intuito de lutar pelo bem comum de um conjunto de pessoas, podendo atuar em diferentes setores.

As associações são sociedades sem fins lucrativos, portanto, são geralmente de natureza assistencial, ou, senão, se dedicam a atividades recreativas, culturais, pias ou religiosas, científicas e beneficentes. Por serem sem fins lucrativos elas não podem conceder ganhos ou vantagens patrimoniais de seus associados (VEIGA e RECH, 2001, p. 19).

As organizações surgiram com o intuito de auxiliar a sociedade a melhorar de vida, através da ajuda mútua os associados conseguem ter maior expressão social, visto que sozinhas as pessoas têm maior dificuldade em alcançar alguns objetivos.

Ao longo da vida em grupo, as práticas de cooperação tornaram-se comuns em nosso cotidiano, como uma ação coletiva espontânea, natural, mas em algumas situações, a formalização surge como uma necessidade de organização da atividade humana. Dentre outras formas de organização em associativismo, como cooperativas e sindicatos, temos as associações (SENAR, 2011, p. 10).

Para Costa, Oliveira e Figueiredo (2013) a expressão associativismo designa a prática

social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal). “O Associativismo é um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica.” (BERTOLDO, 2015, p. 5).

Para Prattes (2013), o associativismo é o princípio para o crescimento de uma sociedade. Regido por princípios de liberdade, democracia e solidariedade – visto que a adesão é tão livre quanta a saída - é baseado na igualdade entre seus membros e simboliza a congregação de esforços dos associados em torno de interesses grupais.

Através do associativismo uma comunidade consegue ter maior expressão social e buscar melhorias, podendo cooperar com o desenvolvimento local através de ações que contribuam para o crescimento da comunidade. Para que esse objetivo seja alcançado com êxito é necessário que associação e associados tenham conhecimento dos princípios básicos que conduzem o associativismo.

Esses princípios devem conduzir a relação dos componentes de uma associação, buscando soluções de problemas coletivos. Meinen (2014) descreve esses princípios: 1º Princípio: adesão voluntária e livre; 2º Princípio: gestão democrática pelos sócios; 3º Princípio: participação econômica dos sócios; 4º Princípio: autonomia e independência; 5º Princípio: educação, formação e informação; 6º Princípio: cooperação entre associações/cooperativas e 7º Princípio: interesse pela comunidade.

2 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho foi realizada a pesquisa bibliográfica, na medida em que foi feita uma revisão da literatura sobre o tema que serviu como base para a pesquisa. A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses (CERVO, 2007, p.60).

Ainda conforme Cervo (2007) “a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. A pesquisa bibliográfica deve ser somada, necessariamente, a todo e qualquer outro tipo de pesquisa ou trabalho científico, constituindo uma base teórica para o desenvolvimento de todo trabalho de investigação em ciência (FONSECA, 2009, p.21). A divulgação deste trabalho se faz necessária devida a pouca informação encontrada a respeito do tema, o que torna de grande importância e relevância sua divulgação na comunidade

acadêmica, pois ainda são poucos os trabalhos nas universidades que tratam do associativismo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Associativismo

O Associativismo surgiu através do interesse dos indivíduos em reunir esforços buscando alcançar os objetivos em comum de maneira mais forte e eficaz, com o objetivo de proporcionar benefícios aos associados.

Funda-se uma associação para solucionar problemas concretos. Portanto, uma associação deve ser um instrumento que viabilize soluções eficazes em que a participação e a democracia estejam presentes em todas as ações (VEIGA; RECH, 2001, p. 27).

Como caracteriza Moura (2009) “o associativismo teve origem no espírito humano de congregação, na vontade do homem de ser solidário e de poder, ao mesmo tempo, pertencer a uma organização que sirva de intermediária entre o indivíduo e a sociedade”.

Associar-se tem sentido de unir pessoas na defesa dos seus interesses. O associativismo nasceu da necessidade de os homens somarem seus esforços para alcançar um propósito em comum. No princípio este objetivo era a sobrevivência da espécie humana. Posteriormente, transformou-se na necessidade de enfrentar as mudanças impostas pelo sistema econômico mundial (COSTA, OLIVEIRA e FIGUEIREDO, 2013, p.5).

O SENAR (2015) relata que inicialmente, o maior objetivo era a sobrevivência. Os nossos ancestrais organizavam-se em grupos para conseguir alimentação, abrigo e segurança, sendo esses grupos uma resposta criativa dos indivíduos diante dos desafios da natureza. Posteriormente, a união de indivíduos passou a ser motivada para enfrentar mudanças econômicas e sociais que ocorriam em algumas sociedades.

Para Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014) “associação é toda iniciativa composta por pessoas físicas ou jurídicas com propósitos comuns, tendo em vista a geração de benefícios para os seus associados”. Podemos definir o associativismo como uma forma de organização social que se caracteriza pelo seu caráter normalmente de voluntariado, pela união de dois ou mais indivíduos que buscam o atendimento da satisfação das necessidades individuais humanas, ou seja, a melhoria da qualidade de vida (SENAR, 2015, p.124).

O associativismo manifesta a correlação entre pessoas com objetivos conjuntos, onde essas pessoas visam atuar em grupo possibilitando soluções dos seus problemas ou necessidades em comum, promovendo o desenvolvimento da região onde a comunidade se localiza.

3.2 Os princípios do associativismo

Os princípios associativistas são de grande importância na organização da associação. Muñoz (2012) “relata que embora existam distinções entre associações e cooperativas no que diz respeito à constituição, legislação e finalidade, as formas de gestão e princípios organizativos são muitos semelhantes”.

Conforme Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014) “as associações assumem os princípios de uma doutrina que se chama associativismo”. Esses princípios são reconhecidos no mundo todo e embasam as várias formas que as associações podem assumir: OSCIP, cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, rede de empresas e clubes. O que diferenciara a forma jurídica de cada tipo de associação são basicamente os objetivos que se pretende alcançar (CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014, p. 8).

3.2.1 Adesão voluntária e livre

Para Veiga e Rech (2001) é um princípio democrático que diz que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado. Para Costa (2013) a adesão livre e voluntária permite a livre associação dos indivíduos que concordem com o estatuto social da associação e, conseqüentemente, com os seus objetivos, sendo igualmente livres para desfazerem a associação.

Conforme Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014, p.8) as associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero.

Na visão de Meinen (2014) significa de um lado que, nos termos da lei e do estatuto social, o acesso é livre a quem queira cooperar, e, de outro, que a manifestação de adesão compete ao próprio interessado, não se cogitando que alguém possa ser compelido a ingressar ou a permanecer na sociedade.

3.2.2 Gestão democrática pelos sócios

Para Crúzio (2005) o princípio do Controle Democrático pelos sócios possibilita aos sócios tratar da autogestão na associação, por meio da qual o próprio associado exerce a direção e fiscalização da associação, eliminando-se a relação empregado-empregador.

Para Costa (2013) “as decisões representam a vontade da maioria, ou seja, o controle é democrático”. As associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que

participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis para com os sócios (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014, p.8).

Como descrito por Meinen (2014) significa dizer que quanto à sua governança, deve guiar-se pelos princípios próprios da democracia, que pressupõe a atuação responsável de todos os membros. Votar e ser votado, de acordo com as condições estatutárias, constituem direitos e, por consequência, deveres basilares do associado.

3.2.3 Participação econômica dos sócios

Como descrito por Veiga e Rech (2001) na participação econômica de sócios os membros contribuem equitativamente através de taxas ou outras formas acordadas em assembleia, para o funcionamento das suas associações, e as controlam democraticamente.

Nas operações de compra e venda, a associação pode obter um excedente – que é o resultado da diferença entre o preço pago ao produtor e o dinheiro recebido pela venda ao consumidor, retirada as despesas da associação com a operacionalização da comercialização e a sua manutenção (VEIGA e RECH, 2001, p. 14).

3.2.4 Autonomia e Independência

O princípio da autonomia e independência possibilita do ponto de vista de Crúzio (2005) fiscalizar o cumprimento da missão e dos objetivos iniciais da associação, defendendo-a contra possíveis intervenções externas de atravessadores, oportunistas, agiotas.

O empreendimento associativo é (tem de ser) autônomo e independente, por excelência. Em primeiro lugar, por ser iniciativa concebida pela conjugação de esforços do quadro social (membros) e moldar-se pela autogestão (governo pelos próprios meios), o sucesso ou o insucesso do empreendimento afetam unicamente associados; em segundo lugar, em razão de a gestão ser exclusividade dos associados, não se cogita de influência externa, especialmente para assegurar privilégios em detrimento da coletividade de associados (MEINEM, 2014, p.24).

Como descrito por Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014, p.10) “as associações são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus sócios”.

3.2.5 Educação, formação e informação

Conforme Veiga e Rech, (2001) cabe às associações promover a educação e a formação dos seus membros, para contribuir com eficácia para o desenvolvimento das operações das associações e estimular a cultura e o comportamento associativo e de ajuda mútua. Para tanto a associação poderá destinar recursos para a educação, a formação e a informação de seus associados e de suas famílias.

Para Meinen (2014) a prática associativista, sua expansão entre os diferentes públicos e a sustentabilidade do empreendimento requerem a preparação dos atores internos – representados pelos associados, dirigentes (conselheiros e diretores) e demais colaboradores, inclusive os prestadores de serviços terceirizados.

Fica claro que se o associado não receber educação, formação e informação sobre a associação, frente a uma dificuldade ele a abandonará.

3.2.6 Princípio da interação

Veiga e Rech (2001) esclarecem que para o desenvolvimento e fortalecimento do associativismo é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços entre as associações, viabilizando o setor. Portanto, a cooperação entre as associações em âmbito local, nacional e internacional deve ser um princípio do associativismo.

Como descrito por Crúzio (2005) o princípio de interação fortalece o movimento associativista a partir da troca de informações, experiências entre associações do mesmo segmento, levando em conta a produção, comercialização ou a prestação de serviços gerais para os associados e/ou terceiros.

Segundo Meinen (2014) a interação também conhecida como intercooperação é uma das formas pelas quais se pratica o valor da solidariedade, já que é de interesse (na sua concepção mais nobre) de qualquer cooperativa que as entidades coirmãs do mesmo e de outros ramos se desenvolvam e se mantenham saudáveis.

3.2.7 Interesse pela comunidade

Veiga e Rech (2001) relatam que as associações atuam para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável de sua localidade por meio de políticas aprovadas por seus membros, ou políticas realizadas em parcerias com o governo ou outras entidades.

Segundo Crúzio (2005) o princípio da preocupação com a comunidade permite opinar e

influenciar, através do voto as decisões gerais da associação, desde a determinação de seus propósitos gerais até a escolha de seus dirigentes e conselheiros fiscais.

Para Meinen (2014) significa que precisam ser respeitadas as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias. Em síntese, as associações devem atuar para a contínua melhoria da qualidade de vida das pessoas dentro da sua área de atuação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos conceitos teóricos apresentados neste artigo pode-se observar a relevância das associações para o desenvolvimento de uma comunidade. Visto a importância do associativismo para o alcance de benefícios a seus associados e para o crescimento de uma sociedade, através da junção de esforços que tragam condições de vida melhores e solução de problemas em comum. As associações possuem princípios, e são esses princípios associativistas que orientam os associados com o propósito de levarem seus valores à prática.

Nesta observação, percebe-se que não existe associação sem a atuação dos sócios, e esta participação depende inteiramente do entendimento dos princípios associativistas, e da sua prática para a representação dos esforços dos associados em torno de interesses comuns.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão bibliográfica realizada foi possível verificar o quanto o associativismo se bem organizado e estruturado pode favorecer as pequenas comunidades, através de seu desenvolvimento e crescimento social. O associativismo busca a união de esforços para o alcance de objetivos almejados pela comunidade da qual faz parte.

Outro aspecto a ser destacado é que vem crescendo o número de associações no país, isso se deve ao fato da busca constante das pequenas comunidades por melhores condições de trabalho e uma melhor qualidade de vida, fato este que conforme os autores, pode ser alcançada quando se unem os esforços.

Pode-se concluir que ainda falta a população um maior conhecimento sobre como funciona uma associação e como ela pode beneficiar a comunidade onde esta inserida. Percebe-se que são

poucos os teóricos que abordam o tema em suas obras, apesar de se tratar de um termo antigo e presente no cotidiano de várias comunidades.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Jaqueline. **Cartilha Associativismo**. Incubadora Social. Santa Maria – RS. 2015. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/estudos culturais/arquivos/incubacao-cartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>> Acesso em: 02 Mar 2017.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica. -6 ed.- São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Edna Rabêlo Quirino. **Associação Série Empreendimentos Coletivos**. Brasília: SEBRAE, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/\\$File/5192.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/$File/5192.pdf)> Acesso em: 02 Mar 2017.

COSTA, Maria do Socorro Cândido; OLIVEIRA, Antônio César Silva; FIGUEIREDO, Raimundo José Linhares. **Associativismo**. - Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, 2013.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FONSECA, Regina Célia Veiga Da. **Metodologia do Trabalho Científico**. - Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

MEINEM, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios: De cooperativa de crédito a principal instituição financeira do associado**. Editora Confebrás, 2014.

MOURA, Márcio. **Cartilha sobre associativismo**. Projeto investindo no associativismo e agroecologia. Organização Ambientalista de Sustentabilidade e Integração do Sertão - OASIS do Brígida. Granito – PE, 2009.

MUÑOZ, Estevan. **Associativismo e Cooperativismo: uma estratégia de organização empreendedora e solidária**. Florianópolis, 2012.



PRATTES, Claudemir Marcos. **Associativismo: o princípio do fortalecimento das profissões, 2013.** Disponível em:<
<http://www.fiepr.org.br/sindicatos/sindirepag/News3263content205461.shtml> > Acesso em: 18 mai 2017.

SENAR - Serviço nacional de Aprendizagem Rural. **Associações rurais: práticas associativas, características e formalização.** - Brasília: SENAR, 2011.

SENAR - Serviço nacional de Aprendizagem Rural. **Associativismo, cooperativismo e sindicalismo.** PRONATEC – Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego. Rede E-Tec Brasil. SENAR, Brasília, 2015.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. **Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos.** – Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.